



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

LIGIA LINO DA SILVA

**EDUCAÇÃO E ACESSIBILIDADE: OS IMPACTOS DO ENSINO REMOTO NO
CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19**

**CAMPINA GRANDE-PB
2022**

LIGIA LINO DA SILVA

**EDUCAÇÃO E ACESSIBILIDADE: OS IMPACTOS DO ENSINO REMOTO NO
CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado a/ao Coordenação /Departamento do Curso de Serviço social da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de bacharela em Serviço Social.

Área de concentração: Serviço Social.

Orientadora: Profa. Ma. Aliceane de Almeida Vieira

**CAMPINA GRANDE-PB
2022**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586e Silva, Ligia Lino da.
Educação e acessibilidade: impactos do ensino remoto no contexto da pandemia da Covid-19 [manuscrito] / Ligia Lino da Silva. - 2022.
26 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2023.
"Orientação : Profa. Ma. Aliceane de Almeida Vieira, Coordenação do Curso de Serviço Social - CCSA. "
1. Educação. 2. Ensino remoto. 3. Acessibilidade. 4. Pandemia Covid-19. I. Título

21. ed. CDD 379.81

LIGIA LINO DA SILVA

**EDUCAÇÃO E ACESSIBILIDADE: OS IMPACTOS DO ENSINO REMOTO NO
CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado a/ao Coordenação /Departamento do Curso de Serviço social da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de bacharela em Serviço Social.

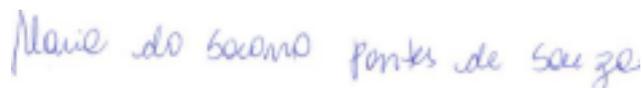
Área de concentração: Serviço Social.

Aprovada em: 03/08/2022

BANCA EXAMINADORA



Profa. Ma. Aliceane de Almeida Vieira (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Ma. Socorro Pontes de Souza
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Dra. Thaisa Simplicio Carneiro Matias

Aos meus familiares, amigos, professores e técnicos que estiveram comigo nessa longa jornada, DEDICO este Trabalho de Conclusão de Curso, fruto de um sonho, muitos percalços, mas, também, muita dedicação, o que, conseqüentemente, me alegra e me emociona pela, enfim, conquista. Repito: a todos, meu muito obrigada!

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 A EDUCAÇÃO E O ENSINO REMOTO A DISTÂNCIA (EAD): CONTRADIÇÕES DE UM SISTEMA INCOMPLETO	9
2.1 Uma breve contextualização sobre a Educação no Brasil	9
2.2 Ensino a distância (EaD) e suas tecnologias	12
2.3 TDICs Desigualdade Epistemológica e de Acesso: Políticas Públicas de Infraestrutura Técnica e Acessibilidade	14
3 EDUCAÇÃO E ENSINO REMOTO NA CRISE SANITÁRIA DA COVID-19 NO BRASIL	16
3.1 Emergência na Educação e o Ensino Remoto	16
3.2 Estratégias e políticas de emergência sanitária na educação	18
3.3 Desigualdades sociais e exclusão digital	21
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
5. REFERÊNCIAS	25

EDUCAÇÃO E ACESSIBILIDADE: OS IMPACTOS DO ENSINO REMOTO NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19

Ligia Lino da Silva¹

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre o ensino a distância e os principais obstáculos enfrentados para a efetivação do direito à educação no Brasil, seja o EAD ou o ensino remoto emergencial. O interesse pela temática do ensino a distância, se deu a partir de minha inserção em campo de estágio obrigatório em serviço social, no Centro de Referência de Assistência Social do município de Aroeiras/PB, no período de março à agosto de 2022, assim como da experiência vivida como discente da Universidade Estadual da Paraíba, onde por diversas vezes presenciamos as dificuldades de alunos e professores utilizarem as plataformas de ensino. Para realização deste estudo utilizou-se da pesquisa bibliográfica e documental com abordagem qualitativa, com respaldo no referencial teórico metodológico crítico-dialético, onde foi possível compreender que o ensino a distância trouxe mudanças significativas criando uma nova realidade educacional e social, construindo novas formas de aprendizados, porém essas novas formas vão acirrar ainda mais a disputa de classe e o surgimento de novas expressões da questão social como a desigualdade educacional e digital. Sabendo que a educação é um direito de todos e dever do Estado, assim como garante a Constituição Federal de 1988 no artigo 205, o grande desafio que o cenário da Covid-19 evidenciou foi a precarização das instituições públicas de ensino para oferecer a efetivação do direito garantido por lei. A pesquisa nos permitiu identificar que assumir que as desigualdades existem e criar políticas públicas que dê acesso para que o sistema educacional funcione sem maiores danos nesse contexto, é o maior desafio enfrentado nos tempos atuais, e isso só será possível quando o governo criar um olhar de equidade, independente de classe, raça, etnia ou grupo.

Palavras-chave: Educação. Ensino Remoto. Acessibilidade. Pandemia.

ABSTRACT

This article aims to reflect on distance learning and the main obstacles faced for the realization of the right to education in Brazil, be it distance learning or emergency remote teaching. The interest in the theme of distance learning came from my insertion in the field of mandatory internship in social work, at the Reference Center for Social Assistance in the municipality of Aroeiras/PB, from March to August 2022, as well as from the experience lived as a student at the State University of Paraíba, where on several occasions we witnessed the difficulties of students and teachers to use the teaching platforms. To carry out this study, bibliographical and documental

¹ Graduanda do curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). E-mail: ligianoli@hotmail.com.

research with a qualitative approach were used, with support in the critical-dialectic methodological theoretical framework, where it was possible to understand that distance learning brought significant changes, creating a new educational and social reality, building new forms of learning, but these new forms will further intensify the class conflict and the emergence of new expressions of the social issue such as educational and digital inequality. Knowing that education is everyone's right and the State's duty, as guaranteed by the 1988 Federal Constitution in Article 205, the great challenge that the Covid-19 scenario highlighted was the precariousness of public educational institutions to offer the effectiveness of the right guaranteed by law. The research allowed us to identify that assuming that inequalities exist and creating public policies that give access to the educational system to work without greater damage in this context, is the biggest challenge faced in current times, and this will only be possible when the government creates a look of equity, regardless of class, race, ethnicity or group.

Keywords: Education. Remote Teaching. Accessibility. Pandemic.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo geral refletir sobre o ensino a distância (EAD) e os principais obstáculos enfrentados para a efetivação do direito à educação no Brasil, seja o EAD ou o ensino remoto emergencial.

O interesse em estudar a problemática da educação a distância surgiu a partir da minha aproximação com o tema através do campo de estágio supervisionado obrigatório em serviço social, no Centro de Referência de Assistência Social do município de Aroeiras/PB, no período de março à agosto de 2022, assim como da experiência vivida como discente da Universidade Estadual da Paraíba, onde por diversas vezes presenciamos as dificuldades de alunos e professores utilizarem as plataformas de ensino. Às vezes pela falta de experiência com o uso das tecnologias, outras vezes por não disponibilizar tecnologias de boa qualidade.

Para realização deste estudo utilizou-se da pesquisa bibliográfica e documental com abordagem qualitativa, fundamentada no referencial teórico metodológico crítico-dialético, o que nos possibilitou apreender que o ensino a distância trouxe mudanças significativas criando uma nova realidade educacional e social, construindo novas formas de aprendizados, porém essas novas formas vão acirrar ainda mais a disputa de classe e o surgimento de novas expressões da questão social como a desigualdade educacional e digital.

O estudo ora apresentado, traz relevância acadêmica na medida em que busca contribuir com o debate que na atualidade envolve as relações sociais e o processo de exclusão do acesso à educação no Brasil, tendo ainda uma relevância social por possibilitar reflexões sobre a problemática dos desafios do direito à educação no país, seja através do EAD ou do ensino remoto emergencial no cenário da pandemia da COVID-19, potencializando as dificuldades do acesso universal à educação como direito de cidadania, haja vista que o acesso através das

Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação não chegam efetivamente para , os segmentos vulnerabilizados da população principalmente quando discutimos essa acessibilidade a alunos da educação pública. Dessa forma, acirram-se os processos de exclusão de acesso à educação pública e de qualidade.

Observa-se uma crescente expansão do ensino a distância, enquanto uma medida auxiliadora do processo de transmissão do saber, cujas principais características são a distância entre o docente e o educando, o baixo custo operacional e o amplo alcance de pessoas por meio do mesmo processo (FREITAS, 2020).

No Brasil o Ensino a Distância teve sua implementação a partir dos anos 1920, mas seu crescimento se deu a partir dos anos 1980 e 1990, de maneira que o reconhecimento legal da prática de EAD nas políticas públicas de educação se consolidou com a criação da Lei nº 9.394/96. Que no seu artigo 80, passou a reconhecer e regulamentar as principais diretrizes do Ensino à Distância no Brasil. No entanto, apesar de sua previsão e regulamentação já possuírem pelo menos duas décadas, foi em virtude da Pandemia de SARS-CoV-2 que o ensino a distância adquiriu uma nova conjuntura na educação brasileira, momento que estabeleceu uma nova modalidade de educação à distância, conhecida como Ensino Remoto de Emergência.

De acordo com o Hodges (2020) o Ensino Remoto de Emergência se distingue do Ensino à Distância em muitos sentidos. Observa-se que o Ensino Remoto de Emergência se deu enquanto resposta à delongada suspensão das atividades presenciais no contexto da educação, enquanto o EAD envolve um planejamento e preparação metodológica e de infraestrutura. De modo que essa distinção é primordial para compreensão dos limites e atribuições das práticas pedagógicas mediadas por Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação (TDICs).

No Brasil, o Parecer do Conselho Nacional de Educação 05/2020 estabeleceu como medida emergencial a educação à distância intermediada por tecnologias, transmissões de rádio e também aplicação de materiais e exercícios fora do ambiente educacional, adotando as medidas sanitárias vigentes. Essa resposta se deu com o intuito de diminuir o prejuízo da suspensão das atividades presenciais, mas serviu para evidenciar que não havia um plano de ensino a distância que pudesse ser implementado sem grandes prejuízos, refletindo um conjunto de problemas de infraestrutura e apropriação tecnológica institucional, docente e discente, além do alto custo da tecnologia. Principalmente ao avaliar a instabilidade de rede em regiões mais isoladas e/ou economicamente vulneráveis, em função da falta de políticas voltadas à inclusão tecnológica e barateamento de serviços de internet.

Ao analisar os desafios experienciados pela educação brasileira no contexto da pandemia e da iminente migração para o sistema de Educação Remota Emergencial, destacam-se alguns pontos como a falta de preparo das instituições públicas no fornecimento de suporte a docentes e discentes, assim como a defasagem tecnológica e alto custo de internet e plataformas de transmissão e armazenamento de dados.

O artigo está estruturado da seguinte forma: na primeira seção, procuramos apresentar aspectos históricos sobre a educação no Brasil, buscando situar as contradições do Ensino a Distância; na seção seguinte, procuramos refletir sobre os desafios do ensino remoto emergencial no contexto da crise sanitária da Pandemia da COVID-9, ressaltando os impactos no acesso à educação no país.

2 A EDUCAÇÃO E O ENSINO A DISTÂNCIA (EAD): CONTRADIÇÕES DE UM SISTEMA INCOMPLETO

2.1 Uma Breve Contextualização sobre a Educação no Brasil

Sabemos que desde a colonização a educação era restrita para uma parte da sociedade, mais precisamente para a elite, e que escolarizar os segmentos subalternizados da população, não estava nos planos das classes dominantes. Isso só vai mudar a partir de 1920 com o surgimento do Movimento Escola Nova. Neste são tomadas medidas de atenção social e estabelecidas diretrizes de enfrentamento da desigualdade e erradicação da pobreza, formado por um grupo de estudiosos sobre o tema Educação que vai propor mudanças no ambiente educacional e uma nova formação do papel do Estado como articulador das ideias e traz como propostas a educação para crianças e adolescentes.

Em 1930 tivemos a criação do Ministério da Educação que estava associado também a saúde podendo tratar tanto dos assuntos de educação como da saúde, é através dele que em 1932 vai surgir o Manifesto dos Pioneiros trazendo um documento com assinatura de diversos educadores, propondo um sistema escolar público, gratuito, laico e obrigatório a todas as pessoas até os 18 anos.

Em tal contexto surgiram discussões que possibilitaram que a Constituição Federal de 1934, incluísse um capítulo exclusivo sobre a educação, passando o governo federal a assumir novas atribuições como a função de integração e planejamento global da educação; a função normativa para todo o Brasil e todos os níveis educacionais.

No entanto, no contexto do Estado Novo (1937-1945), as discussões e reivindicações do período anterior e das conquistas do movimento renovador expressas na Lei de 1934, são consideravelmente enfraquecidas e até em alguns casos suprimidas pela Constituição de 1937. O ordenamento relativamente progressista alcançado em 1934, quando a letra da lei determinou a educação como direito de todos e obrigação dos poderes públicos, foi substituído por um texto que desobriga o Estado de manter e expandir o ensino público.

Com o fim do Estado Novo, a Constituição Federal de 1946, passa a garantir a educação como direito de todos, claramente expressa em seu Art. 166. O Art. 197 prevê que o ensino deverá ser ministrado pelos poderes públicos embora livre à iniciativa privada, respeitando as determinações legais. Contudo, apesar das mudanças de regime e d nova Constituição, a legislação educacional herdada do Estado Novo vigorou até 1961, quando teve início a vigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 4.024/1961 que estabelece que o ensino primário pudesse ser ministrado pelo setor público e privado (PIANA 2009, p. 65).

É importante mencionar, que após o golpe militar de 1964, as ideias de universalização e democratização, que vinham sendo construídas no período anterior e que encontravam dificuldades de consolidação, nesse período distanciou-se cada vez mais desse ideal, pois se pautou pela repressão, pela privatização do ensino, continuou privilegiando a classe dominante com o ensino de qualidade, deixando de fora as classes populares, oficializou o ensino profissionalizante e o tecnicismo pedagógico, que visava unicamente preparar mão de obra para atender as necessidades do mercado.

Em 1971 uma nova lei de diretrizes e bases vai surgir, (Lei nº 5692/ 71) trazendo alterações radicais na política educacional, e a fusão do antigo ensino primário e ginásio para o curso único de 8 anos, organizando o ensino em 2º grau.

No entanto, a grande mudança vai acontecer com a Constituição Federal de 1988 que determina que o Brasil seja um Estado Democrático de Direito. No campo da educação, a Constituição Federal de 1988 determina em seu artigo 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” De modo que é através da educação garantida que o cidadão brasileiro poderá usufruir de oportunidades de sociabilização e gozo da sua cidadania.

Considerando a responsabilidade do Estado no fornecimento de uma educação pública de qualidade e partindo desse princípio, cabe mencionar que paradoxalmente a partir do contexto dos anos 1990 e do avanço do neoliberalismo e de seus reflexos na educação no país, passamos a vivenciar inúmeros desafios na perspectiva de garantir efetivamente tal direito.

É importante destacar que a partir de tal conjuntura, vivenciamos no Brasil, um processo de reestruturação econômica com reformas do Estado tendo como base a política neoliberal com enfoque na redução de gastos públicos, privatização e sucateamento das políticas públicas, dentre estas a educação.

Nessa perspectiva é possível afirmar que “a população tem direito à educação, no entanto as famílias pobres e muitos pobres dependem de suporte e auxílios para que seus filhos e filhas alcancem o que a literatura denomina “sucesso escolar”. (CONCEIÇÃO, 2021, p.73)

Portanto, é possível perceber que apesar dos avanços jurídico-formais no que se refere à garantia do acesso à educação pública gratuita e de qualidade em nosso país, parece ser contraditório conseguir ter sucesso escolar quando as condições sócio econômicas impedem que as famílias tenham acesso às ferramentas que viabilizam esse acesso, em um contexto marcado por impactos do neoliberalismo na educação brasileira, especificamente na última década, trazendo como principais consequências desse impacto: o aumento significativo do número de entidades privadas em todos os níveis escolares, representando uma disputa com o Estado em torno da educação, potencializando cada vez mais o mercado capitalista, nos fazendo refletir sobre o avanço do Ensino a Distância na perspectiva de beneficiar os interesses do capital.

No entanto, é importante enfatizar que apesar dos desafios e do desmonte da educação que vivenciamos no atual contexto, o estado, não pode ausentar-se do seu compromisso de promover educação para todos, assim como está previsto na Constituição Federal de 1988, para tanto, os mecanismos para oferecer educação com qualidade precisam ser garantidos, o que não tem se evidenciado com o Ensino a Distância. Pensar apenas em criar plataformas não é suficiente, é preciso pensar em criar acesso às tecnologias como computadores, celulares e de uma rede de internet de boa qualidade que possibilite aos alunos, sobretudo os da educação pública, terem acesso a um direito garantido constitucionalmente.

Porém, partindo do pressuposto de que somos um país com desigualdades econômicas tão grande e advindo de um cenário vivido nesse momento pandêmico onde as relações de trabalho e os vínculos empregatícios foram tão afetados, nos faz refletir sobre os inúmeros desafios vivenciados na atual conjuntura, onde os segmentos vulnerabilizados da população, em sua maioria, não tiveram acesso a redes de internet, acesso às tecnologias de boa qualidade como celular,

computadores e notebook que os auxiliassem no acesso às plataformas, ocorrendo claramente um acesso desigual à educação, em um contexto de aprofundamento das expressões da questão social, evidenciada com o ensino a distância sobretudo em um cenário onde o ensino remoto emergencial tornava-se uma modalidade obrigatória.

É importante destacar com base em Iamamoto (2002, p. 16), que a “questão social diz respeito ao conjunto de expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura impensáveis sem a intervenção do Estado.”

Cabe mencionar que no Brasil, o ensino remoto emergencial, evidenciou ainda mais as expressões da questão social existentes no país, em um contexto marcado por um verdadeiro desmonte da política de educação, através do sucateamento das escolas e do sistema educacional público e da falta de compromisso com as políticas públicas e sociais, sendo possível perceber no contexto da pandemia da COVID-19, que são as instituições privadas que vão se sobressair no processo do ensino remoto emergencial, ficando evidente conforme destaca Valadares (2021), que os impactos do ensino remoto e do acesso às tecnologias digitais foram diferentes para classes sociais diferentes.

Pensar que não somos um país de classes homogêneas seria princípio fundamental para promover ferramentas educacionais homogêneas e acessíveis para todos. Entender que as disparidades existentes entre as classes sociais deve ser um aspecto fundamental na efetivação ao direito à educação é elementar nesse processo.

No entanto, conforme destaca, Lino (2020, p. 53):

Os interesses são antagônicos e não complementares. As elites são insaciáveis em seus desejos de acumulação de riquezas. Temem a democracia com receio de que essa possa consolidar práticas que limitem sua ambição. A direita não reconhece limites. Essa falta de limites inviabiliza o entendimento com o andar de baixo. Pressuposto da acumulação sem limites é a miséria sem limites.

Particularmente no Brasil, as contraposições entre a democratização do direito à educação e a efetivação deste, nos faz refletir sobre os inúmeros desafios a serem enfrentados para sua garantia, principalmente em um contexto de desfinanciamento e desmonte da educação pública e de todas as mudanças ocorridas no sistema educacional no contexto pandêmico, onde o acesso à educação se tornou ainda mais desigual frente ao ensino remoto emergencial. Há uma camada da sociedade que não foi tão impactada pelas mudanças, as classes altas, pois o acesso às tecnologias os fez adaptar-se muito mais fácil do que as camadas pauperizadas da população, que não tiveram como enquadrar-se nas exigências que o ensino remoto trouxe como necessário para acessar a educação

É importante mencionar dentre os desafios da educação no contexto da pandemia, as dificuldades relatadas por pais que tinham que optar por arcar com direitos básicos como alimentação, ou comprar um celular que trouxesse acesso para seus filhos estudarem, escolher entre comer ou comprar o pacote de internet. Dessa forma percebemos que a pandemia e a necessidade de acesso ao ensino remoto emergencial, só evidenciou ainda mais as desigualdades no acesso ao sistema educacional brasileiro, criando uma distância cada vez maior entre ricos e pobres, principalmente no que se refere ao acesso às tecnologias digitais no campo da educação.

Mészáros chama atenção para o fato que:

A educação é fonte emancipadora, no entanto essa mesma educação vai tornar-se um mecanismo de perpetuação de reprodução do sistema capitalista, onde vai legitimar os interesses da classe dominante reproduzindo e alimentando ainda mais a reprodução do sistema de classe. (MÉSZÁROS, 1994, p. 19)

Como observado pelo presente arcabouço teórico, em um cenário tão inquietante como o da pandemia, ficou evidente a desigualdade de acesso a educação para classes sociais distintas, frente às diferentes condições econômicas envolvidas, além de o tempo de apropriação no que se refere ao uso das plataformas digitais também ser distinto para cada um, se evidenciando que o desafio social é possibilitar que os conteúdos sejam capazes de alcançar o maior número de pessoas de forma democrática no âmbito das diferentes formas de acesso à educação e do uso de suas tecnologias.

2.2 Ensino a distância (EaD) e suas tecnologias

Por definição, o Ensino a Distância (EaD) representa um modelo no qual o conhecimento é mediado por tecnologias que permitam a superação do desafio geográfico, tornando o alcance da difusão do saber mais abrangente. No entanto, a abrangência, todavia deve prever o crescimento paralelo entre *qualidade do saber* e *quantidade de discentes*, tornando a relação do EaD subordinada ao saber científico pedagógico e a comprovada efetividade da transmissão e assimilação desse saber MORAN(2002). Tal estudo estabelece as diretrizes e fornece um modelo de desenvolvimento constante da prática docente mediada por tecnologias, não somente as digitais.

Nesse sentido, torna-se imprescindível estabelecer que o termo *tecnologia* se refira a toda e qualquer ferramenta ou plataforma de concentração de conhecimentos e técnicas que possibilitem o avanço civilizatório. Segundo Jung (2009, p.3) a palavra tecnologia pode ser definida como: “[...] a aplicação do conhecimento científico às propriedades da matéria e da energia, de forma a serem desenvolvidos novos produtos e processos destinados a reduzir o esforço humano”. Demonstrando que a mesma representa um processo e não somente um objeto ou ferramenta específica. A tecnologia no contexto educacional representa um mecanismo de intermediação do conhecimento entre indivíduos e civilizações.

A partir da definição de tecnologia, observa-se que o Ensino a Distância e anterior as famigeradas Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação, demonstrando que em diferentes momentos da civilização foram adotadas medidas para que o conhecimento transpassasse os limites geográficos e ampliassem as redes de troca de saber. No Brasil o Ensino a Distância se instituiu ainda nos anos 1920, através da prática de *curso por correspondência*, mas sua regulamentação se deu bem posterior a isso. Desse modo é possível afirmar que a relação do modelo de educação com a prática de intermediação por tecnologias antecede os modelos digitais.

Embora o Ensino a Distância fosse utilizado por alguns setores da educação desde os cursos por correspondência e radiodifusão, sua regulamentação e previsão legislativa só foram ratificadas no final dos anos 1980. A partir dela se firmaram

objetivos balizadores de políticas públicas que estabelecessem o direcionamento de recursos para preparo e aperfeiçoamento da prática do ensino remoto, visando otimizar seus resultados, não apenas nas redes privadas, mas principalmente na educação pública, por meio da Lei de Diretrizes e bases da Educação (LDB), 9394/96:

Art. 80 - O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e da educação continuada.

§ 1.º A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§ 2.º A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diplomas relativos a cursos de educação à distância.

§ 3.º As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

§ 4.º A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:

I - custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

II - concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;

III - reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais.

A implementação de mecanismos facilitadores do EaD tratou de viabilizar políticas públicas com atenção às estruturas tecnológicas e gerenciamento de informação, mas tal regulamentação ainda é anterior ao surgimento das plataformas digitais interativas através da internet e dispositivos de acesso. De maneira que a partir desta é possível observar a importância das políticas públicas no fomento às estruturas de transmissão do saber, como ações afirmativas de democratização do conhecimento.

A compreensão de que o Ensino a Distância é fundamental para o processo de educação no mundo moderno perfaz também a realidade com a qual o estudante pobre brasileiro se encontra, embora seja inegável a importância da utilização de tecnologias de transmissão do conhecimento, a falta de suporte e de um cuidado específico demonstra o conflito de classe e a desigualdade social. Para NETTO(2001,p.44) a questão social, numa operação simultânea à sua naturalização, é convertida em objeto de ação moralizadora. É importante destacar que mesmo o ensino a distância se caracterizando como uma alternativa de democratização do acesso ao processo educacional, tal modalidade e consecução dos objetivos previstos no Plano Nacional de Educação, responde a interesses distintos, em um contexto de avanço do processo de privatização e sucateamento da política de educação no país.

A progressão das utilizações do EaD pode ser avaliada a partir das tecnologias disponibilizadas para a tal prática, mas é imprescindível compreender resultados de aderência do conhecimento entre os alunos e os resultados obtidos através desses quase 100 anos de EaD no Brasil no campo da pedagogia. Avaliando então a qualidade desse saber e sua efetividade na educação. Nesse sentido, Kenski (2010, p. 16) explica que:

A euforia publicitária que envolvia o uso político desses projetos sempre se baseou no grande número de pessoas que estavam sendo atingidas, mas a qualidade dos resultados apresentados não era explicitada e raramente

serviu de base para a reorientação dos programas governamentais em EAD. A utilização política destes programas e sua ineficiência continuada geraram um sentimento de dúvida na sociedade civil sobre a possibilidade de se fazer educação de qualidade nesta modalidade de ensino.

Nessa perspectiva, se faz necessário avaliar a qualidade do processo de formação e construção do conhecimento nessa modalidade, além de apreender seu significado no contexto contraditório da sociedade capitalista. Considerando que a tecnologia interage em diferentes áreas do conhecimento e do saber, cabe ressaltar no que se refere particularmente ao trabalho dos assistentes sociais na utilização dessas ferramentas inovadoras, que de acordo com a Nota Técnica nº 38 disponibilizada no portal do Governo Federal (2020):

O uso intensivo de tecnologias de informação e comunicação (TICs) no trabalho cotidiano do/a assistente social, se por um lado amplia a força produtiva social do trabalho social – e também a do trabalho do/a assistente social -, por outro lado, tem contribuído para afastar esse/a profissional do contato direto com os sujeitos que são alvo primordial de seu exercício. O trabalho burocrático de preenchimento de fichas, planilhas e relatórios ocorre em detrimento do trabalho educativo e de mobilização e organização popular. Mais além de aprender a operar as TICs, requisito indispensável no mundo contemporâneo, faz-se necessário decifrar seu significado na reprodução contraditória da sociedade do capital.

A falta de suporte aos setores da área social reforça também as contradições do capital nas relações interpessoais e institucionais da sociedade brasileira. Que cria dilemas na medida em que não fornece suporte ou treinamento, ou não garante internet, ou oferta uma tecnologia insuficiente, remontando a impossibilidade técnica. Tais dilemas refletem a omissão do Estado na garantia de políticas públicas e acirramento das desigualdades epistemológicas.

2.3 TDICs Desigualdade Epistemológica e de Acesso: Políticas Públicas de Infraestrutura Técnica e Acessibilidade

Embora a educação pública brasileira seja norteadas por legislações preexistentes, oriundas de demandas sociais, a criação de leis não representa exclusivamente solução definitiva para o campo da educação, faz-se necessário estruturar e fornecer meios para que as diretrizes tenham usabilidade em diferentes condições, regiões e classes econômicas do Brasil.

Para Freire (1967, p.70) a “distância social existente é característica das relações humanas no grande domínio que não permite a dialogação”. E foi exatamente isso que percebemos com a implantação do ensino remoto emergencial, não houve diálogo com a sociedade civil na perspectiva de se refletir sobre os desafios e as transformações provocadas na educação pelo ensino remoto emergencial.

As desigualdades que até então, pareciam camufladas pelo acesso ao ensino de forma presencial nas salas de aula, se tornaram visíveis, como a desigualdade social, tecnológica e econômica, onde o acesso à educação chegou para uns de maneira mais fácil, explicitando as desigualdades de acesso aos meios educacionais remotos.

Segundo o relatório do programa de pesquisa Global Entrepreneurship Monitor (GEM, 2020), gênero, idade, local onde vivem, pobreza, deficiência, etnia, indígenas, língua, religião, status migratórios ou de refugiados, orientação sexual ou

identidade e expressão de gênero, encarceramento, crenças e atitudes são os principais fatores de exclusão do sistema educacional.

É importante ressaltar que essa desigualdade se reflete ao longo de toda história da humanidade. No que refere à particularidade brasileira, é possível perceber que alunos com melhores condições sócio econômicas têm acesso às melhores escolas particulares e privadas, automaticamente também estão muito mais aptos a assumir as melhores vagas nas universidades inclusive públicas, traçando uma disputa desigual quando comparados com estudantes que vem de um ensino precarizado.

Não obstante vamos perceber que quanto mais a classe social e econômica se diferencia, mais essas desigualdades acirram-se nos cursos superiores, e a pandemia da Covid-19 veio evidenciar ainda mais essa realidade, como falar de igualdade se a desigualdade está na nossa gênese, onde o acesso à educação de qualidade fica cada vez mais distante das classes menos favorecidas da sociedade.

As divisões de classes e a acumulação capitalista não vai ser vivenciada apenas no Brasil, são semelhantes também em outros países e a pandemia da Covid-19 traz tais semelhanças de exploração e de diferenças existente entre as classes antagônicas, como diz Mike Davis:

O surto expôs instantaneamente a divisão de classes na saúde americana. Aqueles com bons planos de saúde que também podem trabalhar ou ensinar de casa estão confortavelmente isolados, desde que sigam salvaguardas prudentes. Os funcionários públicos e outros grupos de trabalhadores sindicalizados com cobertura decente terão de fazer escolhas difíceis entre renda e proteção. Enquanto isso, milhões de trabalhadores com baixos salários, trabalhadores rurais, desempregados e sem teto estão sendo jogados aos lobos. (DAVIS, 2020, p.9)

Na educação brasileira os impactos da pandemia vai chegar, sobretudo para os alunos de escola pública, haja vista que as escolas privadas terão muito mais mecanismos para assegurar aos seus alunos esse ensino, nas escolas privadas foram adotadas aulas online, onde os alunos tinham acesso direto aos professores, podendo tirar dúvidas em tempo real, enquanto que a maioria das escolas de ensino fundamental pública não disponibiliza desse mecanismo, e alunos recebiam suas atividades escrita para serem realizadas em casa, muitas vezes sem o auxílio sequer de algum membro da família, haja vista que em alguns casos moram com pais não alfabetizados.

A necessidade da presença física de um adulto que também fosse apto para auxiliar ao estudante é fundamental, no entanto nem todo estudante tem esse privilégio, pois em alguns domicílios os estudantes ficam sós para fazer suas tarefas, alguns por não ter um adulto alfabetizado, em outros pela necessidade dos adultos terem que sair para trabalhar e garantir o sustento para a família, dessa forma o ensino fundamental se torna cada vez mais prejudicado e em alguns casos trazendo o desestímulo para o estudante sendo essa uma das causas para a evasão escolar.

(...) A busca por melhoria da qualidade da educação exige medidas não só no campo do ingresso e da permanência, mas requer ações que possam reverter a situação de baixa qualidade da aprendizagem na educação básica, o que pressupõe, por um lado, identificar os condicionantes da política de gestão e, por outro, refletir sobre a construção de estratégias de mudança do quadro atual. O conceito de qualidade, nessa perspectiva, não pode ser reduzido a rendimento escolar, nem tomado como referência para o estabelecimento de mero ranking entre as instituições de ensino. Assim,

uma educação com qualidade social é caracterizada por um conjunto de fatores intra e extra-escolares que se referem às condições de vida dos alunos e de suas famílias, ao seu contexto social, cultural e econômico e à própria escola – professores, diretores, projeto pedagógico, recursos, instalações, estrutura organizacional, ambiente escolar e relações intersubjetivas no cotidiano escolar. (DOURADO, 2007, p. 940)

O Estado por sua vez não ofereceu condições pedagógicas para os professores, onde em sua maioria tiveram que arcar com os recursos tecnológicos para que pudessem continuar oferecendo suas aulas. Pensar em dar acesso a uma educação de qualidade vai para além das plataformas, se faz necessário pensar em como educando e educadores estão lhe dando com o sistema implantado é preciso pensar em outros fatores como acessibilidade, infraestrutura, economia, recursos financeiros e condições sócio cultural dos usuários.

Segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Brasil que vinha avançando nos últimos anos no acesso de crianças e adolescentes à escola, com a pandemia da Covid-19 pode regredir duas décadas.

Tais questões demonstram o retrocesso que vivenciamos no atual contexto, no que se refere a política educacional no país, e nos traz indagações na perspectiva de buscarmos apreender as políticas públicas de enfrentamento a essa crise. Na verdade, elas quase não existiram, o que foi possível ver nesse cenário foi o presidente, movido por um negacionismo e por uma tentativa de sucumbir à gravidade dos fatos, fazer anúncio de cortes de verbas públicas em diversos setores públicos, dentre eles na educação.

De acordo com Netto (2021) “a tendência do capitalismo interfere nas políticas sociais que vão a partir do estado neoliberal trazer retrocesso para a formação na educação como direito de acordo com a Constituição Federal de 1988”. Esse retrocesso evidenciou-se gradativamente durante os últimos anos e setores como a saúde e a educação foram os que mais sofreram com o descaso e retrocessos diante da ausência do Estado e do desmonte de tais políticas no atual governo.

3 EDUCAÇÃO E ENSINO REMOTO NA CRISE SANITÁRIA DA COVID-19 NO BRASIL

3.1 Emergência na educação e o ensino remoto

O Ensino a Distância previsto no Plano Nacional de Educação, aprovado em janeiro de 2001, como exigência da LDB, aborda a educação nessa modalidade como um meio auxiliar para enfrentar os déficits educacionais no país, frente às desigualdades regionais. Segundo tal documento, sua contribuição supera em números os prejuízos potenciais que esse modelo educacional representa para o ensino tradicional. Nesse contexto, salienta-se que o ensino híbrido abrange as duas modalidades (presencial e remota), sendo, por conseguinte, o modelo mais utilizado pelas instituições de ensino. O modelo, portanto, demonstra que o ensino remoto e o presencial não se auto-excluem, mas oferecem caminhos diferentes para a prática pedagógica, cujas dinâmicas invocam modelos teóricos e práticas já verificadas por suas literaturas e pesquisas.

Segundo a Fundação das Nações Unidas para a Infância- UNICEF, o número de crianças e adolescentes sem acesso à educação no Brasil saltou de 1,1 milhão em 2019 para 5,1 milhões em 2020 (Unicef.org 2021) esses dados acende um sinal de alerta para o cenário pandêmico e a implantação do ensino remoto, tendo como

características desses alunos os de 4 e 17 anos, e como fator principal a essa evasão escolar tem sido o isolamento social e a implantação do ensino remoto.

O Ensino Remoto Emergencial começou a ser aplicado nas instituições de ensino em 2020, como solução encontrada para evitar a suspensão total das atividades escolares evidenciada em todo o país, pela pandemia da Covid-19 que trouxe o isolamento social como forma de prevenção para a não disseminação da doença, se fez necessário criar uma nova forma de ensino.

Nesse cenário de crise sanitária, essa modalidade chega trazendo inúmeros desafios, dentre esses o de garantir o direito e o acesso à educação, que a Constituição Federal nos garante no seu artigo 205.

Porém, garantir acesso à educação com o ensino remoto, no país onde desigualdades sócio econômicas tão grandes, que mesmo antes da pandemia da Covid-19 já eram existentes, e onde o novo cenário exige que o estudante tenha acesso a internet, a um aparelho de celular ou computador, sendo que para muitos esses mecanismos se torna inviáveis, nos parece que vai se tornando um desafio muito maior do que se pensava.

Partindo do raciocínio que esse acesso não chegava a todos mesmo antes da pandemia, essa desigualdade vai se destacar ainda mais com o ensino remoto, o qual levou instituições a fazer adaptações abruptas, buscar meios, metodologias que amenizassem seus impactos embora eles fossem inevitáveis, tendo em vista a urgência de colocá-lo em prática e a falta de medidas de planejamento.

No ano de 2020 a pandemia global ocasionada pelo vírus SARS-CoV-2, também conhecido como Coronavírus, tornou iminente a adoção de medidas de isolamento e restrições sanitárias, o que impactou diretamente nos modelos de educação global.

Nesse âmbito desenvolveram-se respostas a essa crise, como medida de enfrentamento ao risco de contaminação em ambientes de educação. Em todos os setores da comunicação social houve um crescimento da atividade virtual, intermediada por dispositivos e plataformas. No contexto da Educação, observou-se que as já denominadas Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação no contexto escolar (TDICs) poderiam viabilizar soluções temporárias que se adaptassem a disponibilidade de recursos e usabilidade no campo pedagógico. Assim, adotaram-se ferramentas como Google Meet, Zoom, Jitse no cotidiano acadêmico. A importância de diferenciar o Ensino Remoto Emergencial do já conhecido EaD se refere à falta de um modelo uniformizado decorrente de um planejamento estratégico prévio. Nesse contexto, a Universidade Federal do Paraná definiu em seu portal a distinção entre ambos modelos de educação remota.

Ao contrário das experiências planejadas desde o início e projetadas para serem on-line [educação a distância], o ensino remoto emergencial (ERE) é uma mudança curricular temporária e alternativa devido a circunstâncias de crise. Envolve o uso de soluções de ensino totalmente remotas para instrução ou educação que, de outra forma, seriam ministradas pessoalmente ou em cursos híbridos e que retornarão a esse formato assim que a crise ou emergência arrefecer. (HODGES; MOORE; LOCKEE, TRUST; BOND, 2020, p. 6)

Através das pesquisas e estudos de avaliação do Ensino a Distância, tem-se observado enorme distância entre índices quantitativos e qualitativos, decorrentes também da disparidade entre redes privadas e públicas e da disposição prévia dos discentes ao acesso tecnológico e à internet.

A experiência do professor com as tecnologias existentes e sua utilização na prática, é necessariamente importante, é preciso que a escola seja dotada de boa estrutura física e material, que possibilite a utilização dessas tecnologias durante as aulas; que os governos invistam em capacitação, para que o professor possa atualizar-se frente às mudanças e aos avanços tecnológicos; que os currículos escolares possam integrar a utilização das novas tecnologias aos blocos de conteúdos das diversas disciplinas; dentre outros. (LEITE; RIBEIRO, 2012, p.175)

Muitos professores foram pegos de surpresa ao se depararem com ferramentas e tecnologias com as quais nunca foi instruído a utilizar. Essa surpresa produziu não apenas um descontentamento da classe, mas comprometeu a qualidade dos resultados. Em diferentes instâncias, professores e alunos se viram inaptos à utilização da tecnologia digital, ainda que em um contexto provisório e temporário.

3.2 Estratégias e políticas de emergência sanitária na educação

A educação brasileira é regulamentada através das leis e de um ministério próprio designado para prestar toda atenção às demandas previstas e cotidianas das instituições de ensino no Brasil, públicas e privadas. A importância do Ministério da Educação perfaz importante avanço nas políticas estratégicas de gestão de recursos públicos para manutenção e inovação desse importante setor nacional.

Afirma também que, na atualidade, há uma inaudita regressividade quando o capital implementa medidas necessárias aos seus modos de operar a superação da crise capitalista, subordinando aos seus interesses financeiros e patrimoniais os meios de enfrentamento da crise sanitária. E conclui: a crise social e sanitária tem implicações nas políticas sociais e no trabalho de assistentes sociais. Fazendo um balanço geral da conjuntura, conclui Elizabete Mota que há um nítido processo de barbarização da vida social, num governo responsável por aprofundar a precariedade do trabalho e da proteção social, com desmonte de políticas. (CFESS, 2021, p. 12)

Para regulamentação das políticas nacionais de educação intermediadas pelo Ministério da Educação se deram os Planos Nacionais de Educação e também de Educação Inclusiva. Tais dispositivos norteiam as ações e medidas de investimento de recursos e monitoramento de resultados.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019) 40% dos brasileiros com mais de 25 anos não tem ensino fundamental, 2/3 das crianças está fora da creche e o analfabetismo persiste, sendo três vezes maiores entre os negros. Dessa forma podemos dizer que a educação brasileira está longe de ser para todos, pois ela não tem conseguido atender às necessidades educacionais para todas as idades, classes sociais, raças e etnia.

Analisando esses dados trazidos pelo IBGE, podemos relacionar com a experiência que FREIRE, relata sobre seu movimento educacional em 1962, iniciado na região Nordeste, região mais pobre do país, ele vai dizer que “em uma população de 25 milhões de habitantes, 15 milhões são analfabetos.” (FREIRE, 1967, p.10). Podemos perceber que mesmo antes da pandemia da covid 19 e do ensino remoto essas desigualdades educacionais já eram existentes no país.

Não diferente nesse contexto a que fomos inseridos, pobres, negros, indígenas e moradores da região nordeste sentiram ainda mais esses impactos, pois não estavam preparados para esse enfrentamento.

Falar de ensino remoto não é falar de EaD, pois para esse há todo um planejamento, uma estrutura metodológica pensada para garantir o ensino e a educação a distância. Queremos pautar o processo que o país foi colocado frente a pandemia da Covid-19, que se iniciou no final de 2019. O qual levou o país e suas instituições a fazer adaptações abruptas, buscar meios, metodologias que amenizassem seus impactos.

O governo por sua vez precisaria criar medidas que garantisse que o direito à educação fosse respeitado, para tanto encontra no ensino remoto a possibilidade de dar continuidade ao sistema educacional e de alfabetização através da forma remota. Com a portaria nº 343 de 17 de março de 2020, o MEC dispôs sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meio digitais no período de pandemia. O Conselho Nacional de Educação (CNE), de forma a apoiar e legalizar a utilização do ensino remoto, em 28 de abril de 2020 lançou parecer tornando favorável a reorganização do calendário escolar e a possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da pandemia do COVID – 19. Embora o ensino remoto tenha sido regulamentado pelo MEC, ninguém estava preparado para utilizá-lo. Sistemas educacionais, escolas, professores, famílias e alunos tiveram que se adaptar rapidamente às aulas remotas. No entanto, o acesso às ferramentas digitais ocorre de forma heterogênea e desigual, sobretudo para algumas classes e grupos.

Cabe aqui fazer uma ressalva para o modo como o governo Bolsonaro conduziu o país nesse momento em que precisava ter um olhar diferenciado, sobretudo para a condução de estratégias de enfrentamento da maior crise vivida em toda a história. Pois não se tratava de uma crise apenas em um determinado setor, mas, uma crise de relevante abrangência nos setores social, econômico e sanitário.

Mais que acender um alerta para o cenário epidêmico, nos impulsiona a pensar de maneira crítica como que o governo brasileiro se posicionou nesse momento. Não podemos negar que nesse cenário tivemos uma ausência do Estado, sobretudo do presidente, Jair Messias Bolsonaro. “O governo Bolsonaro, ao estimular condutas da população através do aparato do Estado, abstém-se politicamente de controlá-las, ensejando um original flerte coletivo com a morte na condução nacional a um projeto autoritário de poder”. (VALMOR, CASTRO, 2020, p.14)

Movido por um comportamento negacionista de uma crise sanitária, e em defesa de uma “gripezinha”, assim chamada por ele, e o retardo em criar estratégias de enfrentamento a um problema de saúde pública, levou o país a sofrer graves consequências, no campo, da saúde, do trabalho, e da educação.

Enquanto o mundo defendia o isolamento social e a imunização por meio das vacinas, o Brasil não tinha uma política de isolamento social defendida pelo governo federal, mais que isso, atacava as medidas de isolamento e todas as recomendações feitas pela Organização Mundial da Saúde, sem nenhum aparato científico como a imunização de rebanho.

Mas o que vivemos no Brasil consoante ao (des)controle da epidemia é uma “testagem social” inédita de uma subjetivação neoliberal que poderá ser realizada de maneira expandida a começar pela periferia do mundo. Lugar social no qual um homem alheio ao circuito das oligarquias reclama a possibilidade ímpar de tocar este projeto, convocando a população às ruas no intuito de averiguar os limites suportados da máquina de moer gente e do próprio sistema normativo neoliberal ativado no centro do capitalismo; um sujeito estranho às instâncias decisórias do Estado, mas ligado a ele por

meio da formação capitalista de uma sociedade fragmentada, excludente, violenta e com tendências autoritárias. Encaminhar a análise por meio desta particularidade possibilita compreendermos localmente as forças que tensionam os encaminhamentos do processo social da pandemia no país e da real possibilidade de implementação de um experimento social de escala global que poderá vingar. (VALMOR; CASTRO 2020, p.19)

O mundo avançava nos meios de prevenção e em busca de vacinas para imunizar suas populações, o Brasil andava na contra-mão, ignorando a importância das vacinas e todas as recomendações de enfrentamento. Como consequência de todas essas barbáries administrativas tivemos milhares de mortes, o colapso total de todos os setores públicos e o incentivo da população a ir para as ruas e assumir seus campos de trabalho. “O projeto Bolsonarista de sociedade é potencialmente suicidário, possibilitando ao Brasil servir de laboratório de testes para os limites do próprio sistema capitalista”. (VALMOR, CASTRO, 2020, p.13)

Nós perguntamos a quais interesses o presidente Bolsonaro queria atender? Nos parece evidente que por trás dessa postura adotada pelo governo, recusando-se a reconhecer o perigo e a gravidade de uma pandemia, onde o isolamento social era uma das principais formas de não disseminar a contaminação, a única classe que não tinha interesse em deixar trabalhadores em casa era a classe empresarial. E é a essa camada da sociedade que o presidente se associa no momento de maior fragilidade da classe trabalhadora. As estratégias e manobras para colocar trabalhadores em setores de trabalho com falsa sensação de segurança, evidência de qual lado o presidente sempre esteve. “A proposta é desregular a economia, extinguir os direitos sociais e trabalhistas, reprimir e desarticular os movimentos sociais, derrubar a Constituição de 1988.” (FORTES, 2016, p.38)

Não podemos passar por todo esse cenário social e econômico que o Brasil vivencia sem fazer uma relação de como as políticas públicas eram conduzidas nos governos do PT. Foi um período em que os pobres tiveram acesso a direitos sociais e trabalhistas, que os aproximaram das camadas mais altas da sociedade. Foi quando o filho do trabalhador assalariado teve acesso às universidades. “Essas ações sociais econômicas beneficiaram amplas parcelas da população”, conforme destaca Lino (2021 p. 51)._Os benefícios gerados pelos programas sociais criados na gestão pública do PT, não agrada em nada a classe capitalista dominante, haja vista que ela dava melhores condições de vida e acesso a direitos e reivindicações dos mesmos. para o sistema capitalista quanto mais subalternos a população for, mais ela torna-se mola de manobras e peça fundamental no processo de exploração.

O PT foi retirado do governo pelos erros que cometeu. Foi retirado pelos acertos! Esse grupo que orquestrou o golpe não perdoa os acertos do governo, os acertos da questão da inclusão social de parcelas historicamente excluídas, o que foi alvo de propaganda intensa desde o início. Então, os ataques de programas sociais de combate à pobreza, políticas inclusivas, principalmente o acesso ao ensino superior, isso é o que eu acho que deixou as elites ensandecidas. (LINO, 2021, p.51)

A criação de mecanismos que aproximasse as diferenças sociais e estreitasse as diferenças entre a classe trabalhadora e a elite, foi o eixo principal para o que a autora chamou de golpe. Na educação não foi diferente, quando criou-se políticas públicas como Sistema de Seleção Unificada (SISU), o Programa Universidade para todos (PROUNI) e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), as desigualdade

educacionais se distanciaram entre elite e classe trabalhadora, o que vai contrariar os interesses da classe dominante é nesse momento que esse bloco vai projetar o golpe de 2016 o que resultou no impeachment da presidente Dilma Rousseff.

Hoje vivenciamos um verdadeiro retrocesso e um desmonte das instituições públicas, a Constituição Federal tem sido ferida dia após dia em um contexto de avanço do conservadorismo, ataques aos direitos humanos e sociais, além dos movimentos sociais. Para a elite dominante, parece inadmissível que a população tenha acesso aos direitos garantidos constitucionalmente. “Então, o que temos hoje, na verdade, é um retrocesso em relação ao que foi o período mais democrático da nossa história”. (FORTES, 2021, p.40)

3.3 Desigualdades sociais e exclusão digital

Para que seja possível entender algumas críticas aos setores de tecnologia e inovação evidenciados pelo Ensino Remoto Emergencial, faz-se imprescindível compreender que as tecnologias e infraestrutura técnica atravessam diferentes setores sociais, não havendo exclusivamente um problema relacionado à internet e dispositivos tecnológicos na educação. De acordo com os recentes estudos acerca das Tecnologias da Informação e Comunicação Digitais da Educação e da desigualdade epistemológica e de acesso, alguns teóricos têm sido categóricos acerca da iminência de soluções de infraestrutura e acesso para a consequente adoção de práticas e inovações oriundas do ensino remoto. A falta desses parâmetros fundadores compromete todo e qualquer resultado científico e democrático esperado. Assumpção e Mori (2006, p. 10) afirmam:

a tecnologia seja utilizada na melhoria da qualidade de vida das pessoas, e não no aprendizado da informática isoladamente. Algumas sugestões neste sentido são o uso da tecnologia para solução de problemas básicos: saúde, saneamento, meio ambiente; formação de redes cooperativas entre pessoas com o uso da tecnologia; produção e circulação de informações locais, como jornais e outros veículos de comunicação comunitários; registro e difusão da cultura local por meio das tecnologias, entre outros.

A utilização da tecnologia digital requer um conhecimento básico anterior, muitas vezes atribuído ao contexto social no qual o indivíduo está inserido. Por conta do alto custo das tecnologias e ferramentas digitais, percebe-se que a cultura tecnológica é resultante dessa relação despreziosa, no qual a tecnologia vem a mediar entretenimento, comunicação e não apenas a educação propriamente dita. A prática tecnológica produz, por conseguinte a expertise, de modo que mesmo as operações vistas como simplórias, requerem um conjunto de informações e conhecimentos prévios:

Para levar a cabo uma pesquisa navegando na web, nós precisamos saber como dominar os instrumentos do conhecimento: em outras palavras, nós precisamos dispor de um privilégio cultural que, como posso dizer com base na minha própria experiência pessoal, é como uma regra ligada ao privilégio social. (GINZBURG, 2016, s/p)

Ao avaliar o contexto do Ensino Remoto Emergencial, ressalta-se que manter os vínculos educacionais dos segmentos vulnerabilizados da população se tornou um desafio e reforçou a ideia dos usos das mídias na educação, durante a pandemia, como um potencializador da exclusão. É importante destacar que o

acesso e uso das Tecnologias digitais requerem o mínimo de poder aquisitivo para seu usufruto. Embora algumas plataformas sejam Freemium (parcialmente gratuitas), faz-se necessário ter os equipamentos e condições para utilização da mesma. Ao cruzar os índices de desemprego e informalidade do setor, evidencia-se que a maioria da população estava inapta a devida utilização das ferramentas, ainda que de maneira provisória.

[...] mais de 40% da classe trabalhadora brasileira encontrava-se na informalidade ao final de 2019. No mesmo período, uma massa em constante expansão de mais de cinco milhões de trabalhadores/as experimentava as condições de uberização do trabalho, propiciadas por aplicativos e plataformas digitais, o que até recentemente era saudado como parte do 'maravilhoso' mundo do trabalho digital, com suas 'novas modalidades' de trabalho on-line que felicitava os novos 'empreendedores' (ANTUNES,2020,p.7)

A cultura tecnológica interpõe desafios, uma vez que o aluno ou professor que não seja capaz de experimentá-la nas condições regulares e adequadas, tal experiência é amplamente negativa. Esse trauma produzido produz insegurança, desestímulo e compromete uma cadeia produtiva de saberes, tornando iminente também o tratamento traumático de alunos pobres ou sem conhecimento anterior suficiente. Desse modo, "O ensino a distância vem causando traumas e reatividade a qualquer educação mediada por tecnologias, essa dinâmica compromete sobremaneira a inovação responsável no campo da educação na cibercultura." (SANTOS, 2020, s/p).

Diante de todo esse cenário de desafios e demandas para promoção de acesso à educação, um acontecimento vai se tornando corriqueiro, e para alguns até normal. A evasão escolar.

Segundo a Fundação Getúlio Vargas a taxa de evasão escolar de alunos de 5 a 9 anos saltou de 1,41%, no último trimestre de 2019, para 4,25% no mesmo período de 2021. De acordo com o levantamento 5,51% das crianças deixaram as salas de aula. Segundo a pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas, além do isolamento social como causa, o grupo que se destacam nessa evasão são os alunos de baixa renda, e as regiões mais afetadas foram Norte e Nordeste.

Esses dados nos direcionam para os tristes índices de que esses grupos e regiões estão sempre abaixo em todos os ranques de pesquisas, nos parece impossível sair dessa estatística de que essas regiões poderão algum dia assumir o patamar de igualdade entre as regiões sul e sudeste.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019) no Nordeste, 3 em cada cinco adultos não completaram o ensino básico, levados pela necessidade de trabalhar, entre eles estão os pretos e pardos ocupando o maior número dessas evasões. Ainda segundo dados da Fundação Getúlio Vargas, quanto mais pobre é o estudante, menor a frequência na escola, menor a quantidade de exercícios recebidos por parte das escolas, e menor é o tempo dedicado aos exercícios recebidos.

Mais uma vez entramos nas estatísticas, que nos cercam e que ultrapassam gerações, vindo de uma cultura que vem enraizada desde a nossa colonização e, que perdura até os dias atuais, onde as grandes massas vão assumindo papéis importantes na sociedade. A evasão escolar, ainda existente, e só vai evidenciar ainda a disputa de classes e o poder que a camada elitizada vai assumindo, tendo papel fundamental e sucumbidor sobre uma classe dominada, a evasão escolar

evidencia não apenas um problema de acesso à educação, mas, também uma expressão da questão social. Para Lamamato a questão social é o:

[...] o conjunto de expressões da desigualdade da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada para uma parte da sociedade. (2003, p.27)

Presenciamos um cenário crítico de desmonte de direitos, de colapso das políticas públicas, do aumento das desigualdades econômicas, sociais, educacionais e digitais, frente a ausência do Estado como órgão regulador e incapaz de formular estratégias de enfrentamento à crise estabelecida pela pandemia da COVID-19. A crise política, econômica e sanitária vivenciada no país no atual contexto, tornou mais evidente a necessidade de um maior investimento por parte do governo na política de Educação. Sob a gestão do governo ultraneoliberal de Jair Bolsonaro, o desfinanciamento, o sucateamento e a insuficiência de medidas capazes de assegurar que as pessoas de baixa renda tivessem acesso ao uso das mídias na educação, durante a pandemia, serviram como um elemento potencializador de exclusão de acesso à política educacional.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sucateamento da educação é uma ferramenta viável para projetos de governo descontinuados e sem foco na melhoria social, econômica e intelectual dos seus cidadãos. Nesse sentido, a evasão escolar opera para que homens e mulheres tornem-se seres humanos desinformados, incapazes de reivindicar seus direitos, sujeitos oprimidos por uma sociedade capitalista burguesa, cidadãos despreparados para o mercado de trabalho, sem capacidade de apreender criticamente a realidade social. Particularmente no Brasil, a falta de infraestrutura e as constantes reduções de orçamento para a educação denunciam a manutenção de uma política de exclusão perversa, e focada no acirramento da desigualdade social, contrariando os direitos garantidos pela Constituição Federal de 1988, na perspectiva de um Estado Democrático de Direitos.

O papel formativo da educação transcende o campo econômico e de interesses do mercado, trata-se de capacitar indivíduos e de lhes fornecer ferramentas para a transformação da sociedade, retirando o excesso dos poderes de uma minoria, e possibilitando a toda população o acesso a bens e serviços, combatendo as desigualdades a partir do compartilhamento do saber, na formação de pessoas capazes e críticas.

A educação ultrapassa o conhecimento das letras, os educadores precisam mesmo nesse contexto adverso que o país vive, contribuir para a construção de um espírito crítico em seus educandos, que sejam capazes de enxergar para além da sala de aula, enxergar para além do alfabeto, enxergar para além dessa sociedade que discrimina, que exclui o negro, o pobre, o marginalizado, é preciso trazer uma educação inovadora, que consegue enxergar governos e projetos políticos que sociabilize, e não exclua. É só através dessa visão de educação que teremos um país com uma educação digna e igualitária.

E partindo desse pensamento é possível compreender a importância de fornecer ferramentas eficientes para que o *aluno* não apenas receba a informação,

mas a confronte, a absorva na sua vida prática, de maneira que seja capaz de reproduzi-la. De forma que a falta de infraestrutura, de internet, de um computador com os requisitos mínimos pode comprometer a integridade dessa interação e, por conseguinte da Educação a Distância, seja ela Ensino Remoto Emergencial (ERE) ou planejada (EaD).

A crise sanitária trazida pela pandemia da Covid-19 evidenciou muitas questões, dentre elas as expressões da questão social, os interesses econômicos do mercado inerentes do sistema capitalista, as exclusões sociais e educacionais, defasagem nos serviços públicos e falta de planejamento e de enfrentamento por parte do governo federal para a crise. As ações contraditórias do governo, num instinto negacionista, contrário a ciência levou o país a vivenciar talvez a maior crise já vivida em toda história. Saúde, economia, ciência, pesquisa, educação, desmontes, retrocessos e como consequências acirramento das relações sociais e de poder. Enquanto o mundo se preparava para o enfrentamento da pandemia, o presidente Jair Bolsonaro tratava a covid 19 como apenas uma “gripezinha”.

Enquanto isso a população sofria com os impactos causados em todos os setores, precisávamos de estratégias, de subsídios, de políticas públicas, mas o que tínhamos mesmo era desmonte da assistência, reformas que implicam sempre em retiradas de direitos, cortes em verbas públicas, e dentre os setores mais atingidos está a educação.

Os educadores ficaram vulneráveis no período pandêmico, primeiro pela defasagem dos seus recursos para a educação básica pública, atrelada a desigualdade per capita de cidades dos interiores e escolas da periferia, mas também se viram sem uma unidade estratégica, em vista da morosidade de tomada de decisões por parte da pasta responsável, o Ministério de Educação (MEC).

O papel dos educadores nesse momento pandêmico, mais do que nunca, foi de superar seus próprios limites, buscando meios de combater as mais variadas limitações e obstáculos interpostos pela crise. Esse tem sido um período desafiador também para professores, na perspectiva de contribuir para a construção de uma consciência crítica e de uma educação emancipadora, como também do conhecimento reflexivo em um contexto de renovação do uso das tecnologias, com metodologias que trouxessem para alunos a vontade e o entusiasmo de permanecer matriculado. Presenciamos um retrocesso, com danos incalculáveis.

É possível afirmar que qualquer modelo de educação que não considere a construção do pensamento crítico, atravessado por dúvidas e inquietações, perde seu propósito. Um modelo de educação que não considere a interação no processo de ensino-aprendizagem, não reflete um modelo adequado, pois não considera a capacidade evolutiva do processo educativo.

O ensino remoto, adotado em meio a pandemia do coronavírus, trouxe diversas mudanças para o cenário educacional. Alguns assuntos foram colocados em pauta, como a utilização de tecnologias como aliadas em sala de aula, as desigualdades de acesso às tecnologias digitais e o comprometimento no processo de formação voltada para uma educação crítica e emancipadora.

A educação de qualidade deve possibilitar a construção de uma percepção crítica da realidade social, e para tanto, a educação precisa ultrapassar os muros das escolas, reivindicar acesso a um ensino libertador e reflexivo, e a construção de uma sociedade educacional com direitos iguais. Faz-se necessário quebrar esse paradigma de que os melhores cursos universitários, estarão em sua maioria direcionados para os estudantes de classe média alta, e se exigir o direito à

educação garantido na Constituição Federal de 1988, enquanto um dever do Estado, e direito dos cidadãos reivindicar a sua efetivação.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus: O trabalho sob o fogo cruzado**. 2020. Boitempo, São Paulo, 2020.

ASSUMPÇÃO, R.; MORI, C. **Inclusão digital: discursos, práticas e um longo caminho a percorrer**. 2006. Disponível em: <http://www.inclusaodigital.gov.br/noticia/inclusao-digitaldiscursos-praticas-e-um-longo-caminho-a-percorrer>. Acesso em: 20 set. 2022

BRASIL. Lei no. 9.394, de 20 dez. 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. Portaria no. 4.059, de 10/12/2004.

_____. Decreto no. 5.622 de 19/12/2005. Diário Oficial da União, 20/12/2005.

CONCEIÇÃO, M.C.A. **O Golpe de 2016 e o futuro do Brasil**. Edur UFRRJ.

DAVIS, M. **Coronavírus e a Luta de Classes**. 2020. Editora Terra Sem Amos. Diálogos do Cotidiano. Assistente Social: Reflexões sobre o trabalho profissional. CFESS- Conselho Federal de Serviço Social. Brasília(DF), 2021.

DOURADO, L. F. **Políticas e Gestão da Educação no Brasil: limites e perspectivas**. 2007. Educ.Soc. Vol. 28. N.100-ESPECIAL. Campinas, out, 2007.

FORTES, A. **O Golpe de 2016 e o futuro do Brasil**. Edur UFRRJ

FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade**. 1967. Paz e Terra. 23º Ed, Rio de Janeiro, 1967.

FREITAS, L. C. de. **EAD, Tecnologias e finalidades da educação**. 2020. Blog do Freitas. avaliacaoeducacional.com, 2020

GINZBURG, C. **A internet é um instrumento potencialmente democrático**. 2016. Acesso em: 07 abr. 2022.

HODGES Charles, MOORE Stephanie, LOCKEE Bard, TRUST Torrey, BOND Aaron. **Educação e Tecnologia- diferenças entre aprendizado online e o ensino remoto de emergência**. 2020. Revista da Escola. professor.

IAMAMOTO, M.V. **O Serviço social na contemporaneidade: Trabalho e formação profissional**. 2020. Cortez, 3.ed. São Paulo, 2000.

IAMAMOTO, M.V. **A questão social no capitalismo**. 2001. Temporalis - Revista da Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social. Ano II. Jan, 2001.

JUNG, C.F. **Metodologia Científica e Tecnologia**. 2009.

LEITE, Werlayne S. S.; RIBEIRO, Carlos A. do N. **A inclusão das TICs na educação brasileira: problemas e desafios**. 2012. Magis: Revista Internacional de Investigación en Educación. Vol. 5, Nº. 10, 2012, págs. 173-187. Disponível: <https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/344265>. Acesso: 30 mar 2022.

LINO, L.A. **O Golpe de 2016 e o futuro do Brasil**. 2021. Edur UFRRJ.

MORAES, M. C. **Ecologia dos saberes: complexidade, transdisciplinaridade e educação: novos fundamentos para iluminar novas práticas educacionais**. 2008. Antakarana/WHH, São Paulo.

MORAN, J. M. **Mudar a forma de ensinar e de aprender com tecnologias**. 2000. Revista Interações. Vol. V. N. 9. São Paulo. Universidade São Marcos: jan-jun, 2000, p. 57-72. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br>.

NETTO, J.P. **O serviço social e as políticas sociais**. 2021. EDITORA. LOCAL.

NETTO, J.P. **Cinco notas a propósito da “questão social”**. 2001. In: Temporalis, Brasília, DF, ano 2, n. 3, janeiro/jul.2001

PIANA, M. C. **A construção do perfil do Assistente Social no cenário educacional**. 2009. Cultura acadêmica, São Paulo.

SANTOS JUNIOR. **Educação e Covid -19: As Tecnologias Digitais mediando a aprendizagem em tempos de pandemia**. 2020. Revista encantar.

SILVA, M. A. **Do projeto político do Banco Mundial ao projeto político-pedagógico da escola pública brasileira**. 2003. Caderno Sede. V. 23, n.61. Campinas, dez, 2003, p.283-301.

SOUZA, C. **Políticas públicas: Uma revisão da literatura**. 2006. Sociologias. Ano 8, n.16. Porto Alegre, jun./dez, 2006, p. 20-45.

VALADARES, L. **O Golpe de 2016 e o futuro do Brasil**. 2021. Edur UFRRJ.

WALMOR, D. P. e CASTRO, P.P. **Covid e Sociedade: Ensaio sobre a experiência social da pandemia**. 2020. Programa de Pós Graduação em Sociologia - UNICAMP. 1ª Ed. Campinas, 2020.